



Conselho da Justiça Federal

RESOLUÇÃO N. 149, DE 26 DE MAIO DE 2011.

Aprova o relatório de gestão fiscal exigido pela Lei [Complementar n. 101, de 4/5/2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 10, inciso XXIII, do [Regimento Interno](#), e em atendimento ao disposto no art. 54 da [Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000](#), *ad referendum*,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal referente ao 1º quadrimestre de 2011, na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2º da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro ARI PARGENDLER

Publicada no Diário Oficial da União
De 27/05/2011 Seção 1 Pág. 229



Conselho da Justiça Federal

ANEXO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2010 A ABRIL DE 2011

[LRF](#), art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c)=(a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.414.542	24.534	5.439.076
Pessoal Ativo	4.718.648	21.883	4.740.530
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	2.763	2	2.765
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	4.715.885	21.880	4.737.765
Pessoal Inativo e Pensionistas	695.894	2.651	698.545
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	2.539	0	2.539
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionista	693.355	2.651	696.006
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	718.985	22.986	741.971
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.892	1	2.893
Decorrentes de Decisão Judicial	2.769	2	2.772
Despesas de Exercícios Anteriores	72.447	22.555	95.002
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	640.877	427	641.304
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.695.557	1.548	4.697.105
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			524.379.492
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III) / (IV) x 100]	0,895450%	0,000295%	0,895745%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1,631968%		8.557.706
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	1,550370%		8.129.820

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da [Lei 4.320/64](#);

b) Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da [Lei 4.320/64](#).

2) Em 2010, os valores de Precatórios e RPVs da administração direta não integraram a dotação autorizada das unidades orçamentárias do Órgão 12000 – Justiça Federal. Os valores executados foram descentralizados aos Tribunais que proferiram as decisões, conforme art. 29 da [Lei 12.017/2009](#) – LDO, e compõem a despesa realizada do órgão que originou o débito.

MAURÍCIO ANTÔNIO DO AMARAL CARVALHO
SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

GUSTAVO BICALHO FERREIRA DA SILVA
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS



Conselho da Justiça Federal

EVA MARIA FERREIRA BARROS
SECRETÁRIA-GERAL